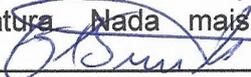


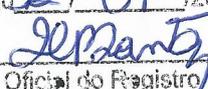
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL - EXTRAORDINÁRIA -

No dia 20 de janeiro de 2016 no auditório da Sociedade Semear, situado na Rua Leonardo Leite, nº 148, São José- Aracaju/SE, presente se encontravam diretores e filiados do SINDIJUS – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para reunirem-se, extraordinariamente, em Assembleia Geral. Às 15:30 horas, foi realizada a primeira chamada e, às 16:00 horas, foi realizada a segunda chamada, momento em que foi aberta a reunião que tinha como pauta debater e deliberar sobre o seguinte assunto: 1 – Campanha Salarial do Trabalhadores do TJSE; 2 – Avaliar aprovação de reajuste salarial; 3 - que ocorrer. Declarada aberta a reunião da Assembléia Geral extraordinária, foi feita a leitura das atas das assembleias anteriores, o que foi aprovado pelos presentes. Em seguida, a Diretoria Executiva propôs método de condução, de deliberação e de formulação de propostas de encaminhamento, tendo sido aprovado pela Assembléia que a Diretoria daria os informes e apresentaria a sua avaliação sobre cada um dos pontos da pauta, o que seria seguido dos respectivos debates para exposições e eventuais propostas de encaminhamento dos demais filiados e, imediatamente após, seriam submetidos à deliberação. Ato contínuo, a direção do SINDIJUS iniciou os informes fazendo uma retrospectiva da campanha “Chega de troféu abacaxi”, apresentando um resumo das várias atividades da campanha até o momento atual. Fora realizado também um relato da reunião do dia 19 de janeiro do corrente ano, com o presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, onde o mesmo confirmou que apresentaria a proposta de 6,5% de reajuste no salário base dos servidores efetivos e apresentaria também na próxima sessão do Pleno os índices dos auxílios. Ato contínuo foi realizado informe sobre a sessão do Pleno do dia 20 de janeiro, onde o SINDIJUS pediu a palavra e manifestou a luta histórica da categoria pela reestruturação administrativa (redução de gastos com CCs e FCs, como também auxílio moradia); afirmou a importância das alterações do FERD; ressaltou que o percentual de 6,5% não recompõe as perdas inflacionárias, além de destacar o não cumprimento da data-base e não observação dos demais itens da pauta de reivindicações. Assim, a sessão do Pleno aprovou os 6,5% de reajuste para os servidores efetivos, 0% de reajuste dos cargos em comissão e funções de confiança, 11,28 de reajuste nos auxílios saúde e alimentação. Ato contínuo, foi passada a palavra ao supervisor técnico do Dieese em Sergipe, Luís Moura, repassou dados da conjuntura econômica e de negociações de outras categorias de trabalhadores, no âmbito nacional e estadual. Ato contínuo, a direção do SINDIJUS avaliou que a votação ocorrida no Pleno não contempla a pauta da categoria e ainda descumpra a legislação no que se refere à data-base e também em relação ao reajuste abaixo do índice de inflação, o que torna necessária a continuidade da campanha visando a luta pelos demais itens da pauta e pelo combate aos gastos com Cargos em Comissão, Funções de Confiança, auxílios e indenizações dos magistrados, além de encaminhar as seguintes ações: Oficiar Presidência reafirmando a pauta e cobrando pagamento retroativo; cobrar desengavetamento do projeto dos CCs, e continuidade das atividades nos fóruns. Foram abertos os debates, oportunidade em que o servidor Jones manifestou o orgulho dos companheiros que participaram dos atos e paralisações, o que fez que a proposta saísse do 0 para os 6,5%. Já o servidor Jailton questionou a estratégia do Tribunal de mudança do pleno do dia 27 para o dia 20 de janeiro, e que a luta tem que continuar. O servidor Geyson destacou que a estratégia do Tribunal é “empurrar as maldades aos poucos”, e que temos que lutar pela diferença do reajuste em relação à inflação. Luciana destacou a



importância do julgamento social através da campanha midiática da categoria, lembrou que temos que negociar a compensação das faltas. O Servidor Redival ressaltou a necessidade de adequação da pauta, para que a categoria solicite os 4,78% de diferença em relação à inflação, parabenizou a direção do sindicato pela denúncia publicada na revista época, e opinou que o atual momento não é de mais paralisações. Já o dirigente Ednaldo, destacou em sua fala a importância histórica do não reajuste dos CCs, citando o quanto cada alto CC deixou de receber com o congelamento de seus cargos. Por fim, após vários debates e propostas apresentadas, os servidores decidiram que: 1) Atualizar e reapresentar à gestão as reivindicações ainda não negociadas da pauta da categoria; 2) Cobrar que, nos próximos três meses, seja efetuada a recomposição das perdas salariais ainda restantes de 4,78% no vencimento base de servidores da ativa e aposentados e o pagamento do reajuste retroativo ao mês de janeiro, em respeito à data-base; 3) Requerer reajuste no Auxílio Alimentação exclusivo aos servidores, com a finalidade de garantir a isonomia com o valor pago aos juízes; 4) Requerer o abono ou compensação das faltas lançadas na frequência dos servidores que paralisaram as atividades, nos meses de dezembro e janeiro, na luta por direitos; 5) Solicitar aos desembargadores a aprovação do projeto de redução de gastos com CCs, bem como continuar a luta pela suspensão do Auxílio Moradia e indenizações milionárias da magistratura. Nada mais havendo, foi declarada encerrada a reunião. Eu,  Coordenador da Secretaria Geral, lavrei a presente ata.


Gilvan Tavares dos Santos
Coordenador da Secretaria Geral

CARTÓRIO DO 10º OFÍCIO Vânia E. C. P. Santos Coordenadora Escritório Rua Vitorino, 55, Aracaju - SE Fone: (79) 3211-4818	Registrado em <u>12/04/2016</u> no livro <u>B 222</u> de fls. <u>103 e 112</u> sob o nº <u>91343</u> e Protocolado no livro <u>24</u> sob o nº <u>91943</u> dou f. Aracaju <u>12/04/2016</u>
	 Oficial do Registro

